

Medidas legais de 16 de fevereiro de 2023

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Portaria Normativa CGU nº 54, de 14 de fevereiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Altera a Instrução Normativa nº 13, de 8 de agosto de 2019, que define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; a Portaria CGU nº 1.214, de 8 de junho de 2020, que regulamenta os requisitos e o procedimento de reabilitação de que tratam o inciso IV e o § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; a Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, que trata do julgamento antecipado; a Portaria Normativa nº 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre a atividade correcional, e confere competência ao Secretário de Integridade Privada praticar os atos relativos à negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência”.</p> <p>Explicação: em decorrência da publicação do Decreto 11.129/2022, readequa uma série de normativos, para, entre outros, delegar ao Secretário de Integridade Privada as competências para: i) instaurar e avocar Processo Administrativo de Responsabilização (PAR); ii) decidir pelo arquivamento de: denúncia ou representação infundada; ou Investigação Preliminar (IP).</p> <p>Além disso, altera a formalização para a concessão de reabilitação da pessoa física ou jurídica considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. Com isso, o pedido a ser feito deverá ser protocolado, e será processado, na Secretaria de Integridade Privada e não mais na Corregedoria-Geral da CGU.</p> <p>Ainda no trâmite da reabilitação, a avaliação do programa de integridade, implementado pelo interessado na reabilitação, passará a ser analisada pela Diretoria de Promoção e Avaliação de Integridade Privada da Secretaria de Integridade Privada (DPI).</p> <p>Por fim, estabelece que após o prazo para apresentação de alegações finais, nos casos de colaboração da pessoa jurídica com a investigação, será concedido até 0,5% de subtração aos valores correspondentes do cálculo da multa.</p>
<p>Resolução SUDECO nº 142, de 14 de fevereiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança e Segurança Digital (CGSD) da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)”.</p> <p>Explicação: aprova as normas para funcionamento do CGSD, de modo a estabelecer sua composição, funcionamento e competências. Revoga ainda a Resolução nº 14/2018, que estabelecia regimento anterior.</p> <p>O CGSD será composto por integrantes da Sudeco, se reunirá em caráter ordinário trimestralmente, e será composto pelas seguintes Comissões: i) a Comissão Técnica do Comitê de</p>

Governança e Segurança Digital (CT-CGSD); e a **ii**) Comissão Estratégica de Transparência, Proteção e Classificação de Informações (CE-CGSD), que também terão funcionamento trimestral.

Estabelece ainda a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR.Sudeco), que deverá, entre outras competências, manter relacionamento com as equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos da administração pública federal, assim como com o Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Governo (CTIR Gov), e com o Centro de Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), centro de responsabilidade civil do NIC.br, responsáveis pela operação do domínio .br e da distribuição de números IPS e registros de sistemas no país.

Portaria GM/MPO nº 13, de 15 de fevereiro de 2023

DOU 2 Extra A de 15/2/2023

[Visualizar medida](#)

"Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, entre diversos Órgãos do Poder Executivo; Encargos Financeiros da União; Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios; e Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 964,9 bilhões".

Explicação: entre outros, abre crédito suplementar ao **MDIC**, no valor de R\$ 100 mil para promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e de inovação na área de atuação da Suframa; e ao **MCid**, no valor de R\$ 205,5 milhões para apoio a projetos e obras de reabilitação, de acessibilidade e modernização tecnológica em áreas urbanas.

Ato de Pessoal

Objetivo

Portaria SUSEP nº 8.109, de 14 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Daniel Mundim Ribeiro para exercer a função de **Coordenador de Manutenção de Produtos de Tecnologia da Informação (Comti) da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (CGDTI) da Superintendência de Seguros Privados** do Ministério da Fazenda (Susep/MF), FCE 1.10.

Portaria de Pessoal SRE/MF nº 285, de 15 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Nomear: Alexandre Rebêlo Ferreira para exercer o cargo de **Coordenador-Geral de Economia e Legislação da Subsecretaria de Reformas Estruturais e Análise Econômica do Direito da Secretaria de Reformas Econômicas** do Ministério da Fazenda (SRE/MF), CCE 1.13.

Portaria MESP nº 50, de 15 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Nomear: Marcus Vinicius Soares Lopes para exercer o cargo de **Coordenador de Licitações e Contratos da Coordenação-Geral de Gestão e Administração** da Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte (MEsp), CCE 1.10.

Portaria de Pessoal SE/MF nº 281, de 15 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Henrique Martins Sachetim para exercer a função de **Coordenador de Temas Não Tarifários da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais da Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais da Secretaria de Assuntos Internacionais** do Ministério da Fazenda (MF), FCE 1.10.

Portaria PGFN nº 1.434, de 14 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Rachel Nogueira de Souza para exercer a função de **Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos** da **Procuradoria-Geral Adjunta Administrativa** da **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** do Ministério da Fazenda (PGFN/MF), FCE 1.13, ficando dispensado Luciano Moreira Carvalho.

Portaria Secom/PR nº 47 de 15 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Nomear: Marina Giancoli Cardoso Pita, para exercer o cargo de **Coordenador-Geral de Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação** do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da **Secretaria de Políticas Digitais** da **Secretaria de Comunicação Social** da Presidência da República (Secom/PR), CCE 1.13.

Portaria de Pessoal MS nº 87, de 15 de fevereiro de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Antônio Leopoldo Nogueira Neto para exercer a função de **Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Monitoramento da Execução Financeira** da **Secretaria de Informação e Saúde Digital** do Ministério da Saúde (MS), FCE 1.13.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.